

QUEM SÃO OS AGRICULTORES FAMILIARES?

1 Introdução

A delimitação do universo dos agricultores familiares tem sido objeto de polêmicas. Como aponta Guanzirolí et al. (2001):

“a escolha de um conceito para definir os agricultores familiares, ou a de critérios para separar os estabelecimentos familiares dos patronais, não é uma tarefa fácil, ainda mais quando é preciso compatibilizar o conceito e os critérios com as informações disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE, sabidamente não elaborado para este fim.”

Nenhum critério ou metodologia é totalmente satisfatório, e nenhum está livre de um certo grau de arbitrariedade. Em geral o “corte original” – ser ou não ser agricultor familiar – é feito tomando como variável básica a utilização de mão-de-obra familiar. Que proporção de trabalho familiar caracteriza um agricultor como familiar? A partir de que quantidade de trabalho contratado o agricultor deixa de ser familiar e passa a ser patronal? E qual a importância de outros fatores, como herança cultural, tradições etc.? Todas essas questões são relevantes, e vêm despertando polêmicas tão intensas quanto inconclusas.

Adota-se aqui a mesma metodologia do estudo pioneiro realizado sob o patrocínio do Convênio FAO/Incra e publicado por Guanzirolí et al. (2001). O trabalho, realizado por um grupo de consultores com intensa co-

laboração e participação de técnicos do Incra, adotou uma tipologia simples que classifica os produtores de forma objetiva a partir de algumas condições básicas do processo de produção que, segundo a hipótese dos autores, explicam tanto a inserção dos agricultores no mercado como o grau de capitalização e a capacidade de geração de renda. Trata-se, evidentemente, de uma simplificação que foi em grande medida determinada pelas limitações de informação disponível no censo agropecuário.² O Quadro 1 resume a metodologia adotada para classificar os agricultores familiares.

A metodologia adotada pelos estudos do Convênio FAO/Incrá, fundada em elementos objetivos, se distancia da visão romântica que contrapõe, em termos ideológicos, os agricultores familiares à forma capitalista (patronal) de produção. Na visão romântica, os agricultores familiares são por tradição e opção, e não por imposição. A hipótese de que não buscam a maximização do lucro e sim um conjunto de outros objetivos que incluem desde a preservação do patrimônio para as gerações futuras até a geração de ocupação para os membros da família é tomada como paradigma de uma racionalidade econômica própria, e não como o resultado de restrições reais enfrentadas no passado e no presente. Tal como salientado por Buainain et al. (2002):

“daí deriva todo um conjunto – falso, diga-se de passagem – de supostas vantagens éticas, ambientais e sociais da agricultura familiar, que vão desde a ausência de exploração do semelbante até a relação mais harmônica com a natureza.”

² Foram classificados como agricultores familiares os estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições: (i) a direção do estabelecimento era exercida pelo produtor e (ii) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado. Também se estabeleceu um limite máximo para o tamanho dos estabelecimentos apenas para evitar a inclusão de grandes latifúndios improdutivos no universo de unidades familiares. Ver Guanzzioli et al. (2001) para detalhes da metodologia.

Quadro 1 – Metodologia de delimitação do universo familiar

<p>Caracterização dos agricultores familiares Direção dos trabalhos do estabelecimento é do produtor UTF>UTCe Área total do estabelecimento ≤ área máxima regional</p>
<p>Unidade de Trabalho Familiar (UTF) Pessoal ocupado da família de 14 anos e mais + (Pessoal ocupado da família de menos de 14 anos)</p>
<p>Unidade de Trabalho Contratado (UTC) (Salários + valor da quota - parte entregue a parceiros empregados + Serviços de empreitada de mão-de-obra) + (Diária estadual X 260)</p>

Fonte: Guanzzioli et al. (2001, p.54).

A análise que fazemos neste trabalho não desconhece a importância da dimensão cultural na conformação da agricultura familiar, mas procura analisá-la como resultado de um processo histórico no qual interage um conjunto de oportunidades, restrições e alternativas com as quais se defrontam, em cada momento, os agricultores, e que podem tanto potencializar como minar as bases de sustentação dessa forma de organizar a produção. O “destino” da agricultura familiar não está dado nem pela vontade dos indivíduos, nem mesmo predeterminado pela contínua modernização do agronegócio, mas depende, de forma crucial, da capacidade e da possibilidade dos agricultores familiares aproveitarem e potencializarem oportunidades decorrentes das possíveis vantagens associadas à organização familiar da produção e, ao mesmo tempo, neutralizarem ou reduzirem desvantagens competitivas que enfrentam em razão da dotação de recursos, em particular as associadas à escala.